

TRIRIINA LIVRE

AVENÇA Ano XVIII — N.º 614 Preço 2\$00

À Biblioteca Pública de Braga

7
DEZEMBRO
1974

PROPRIEDADE:

Irmãos Barbosa de Macedo

SEMÁRIO DE CRÍTICA

E ACTUALIDADES

DIRECTOR: João Barbosa de Macedo

Sede e Administração - Comp. Imp. e Redacção — LARGO DA FEIRA NOVA

Telefone 62113 — AMARES

A imprensa regional mal paga e mal julgada

Não gostamos, francamente, da argumentação urdida na última mesa-redonda da TV. Ou porque os casos que conhecemos, por cá, são diferentes, ou porque a nossa sinceridade de processos não se coaduna com a maneira de ver das pessoas que ali foram tecer suas considerações.

É que, para nós, a imprensa regional não é menos democrática que qualquer outra, só com a diferença que é mais independente e mais verdadeira e vive rodeada de injustiças talvez maiores e não se priva de as denunciar.

Reparem, porém, como no mesmo número em que se verbera o procedimento dos falsos democratas, dos «democratas de aviário», se escrevem artigos em que se glorifica a democracia e as F. A., se aplaudem as principais figuras do 25 de Abril. Pena é isso sim — que não extraíam as conclusões que a linguagem franca dita, e não aquelas que a conveniência lhes impõe.

O Cónego Urbano Rodrigues nas referências que fez ou sancionou à imprensa católica regional foi quanto a nós deveras infliz. O único caso em que foi feliz e verdadeiro deixou-o esquecer, sem o impôr. É a parte em que lembrava que houve retrocesso na euforia havida pelo advento do 25 de Abril, talvez devido ao comportamento da imprensa diária de Lisboa e Porto. Esta verdade é

incontroversa e para ser total só é preciso acrescentar-lhe que a esse retrocesso ajudaram os demais órgãos de informação (rádio e tv) e muitos actos de indisciplina que por aí campeiam.

Mas o retrocesso, que só existe em certo sentido figurado, foi também evidente nos meios urbanos, em toda a parte. Não é um retrocesso à democracia, à liberdade, à socialização que se impõe, é um retrocesso ao esquerdismo exagerado, à falta de autoridade, à pornografia, à libertinagem. Há uma coisa que só a imprensa regional diz é uma verdade alarmante, de grande sentido futuro para a democracia. É que nestes concelhos a democracia não foi implantada para os bons e dignos democratas, mas para uma camada de oportunistas sem nível na vida social, sem passado, daqueles que à custa dos defeitos do antigo regime ganharam fortunas que conservaram ou votaram fora, mas que agora entendem ser os eleitos.

Dá que aquele que escravizou o povo se proclame seu eleito, que o inoperante se diga líder e que os afastados por inércia, incompetência e desonestidade, se aplidem de novos Messias. São essas mentiras que campeiam que impõe o tal retrocesso. Vejam como, neste concelho rural mas de nível sócio-cultural, quatro

Continua na 4.ª página

Falecimento

Mário Ramos de Azevedo

Com 80 anos de idade, faleceu na sua residência no Largo da Feira Nova, o sr. Mário Ramos de Azevedo, casado, e um dos mais antigos comerciantes do ramo de fazendas.

Bem novo ingressou na vida comercial que lhe serviu para revelar as suas elevadas virtudes de homem com capacidade para dignificar a classe e porisso está a Feira Nova de luto e pronta para lhe prestar as últimas homenagens.

Deixou vários filhos, verdadeiros herdeiros da sua nobreza de carácter a quem a Tribuna Livre expressa os seus mais profundos sentimentos de pesar,

Missão Histórica

JAIME MACEDO

Portugal saiu engrandecido com a oportuna e expressiva comunicação feita por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General Costa Gomes, em 17 de Outubro último, á Assembleia Geral das Nações Unidas.

A língua pátria, idioma de Camões, soou pela primeira vez, bem alto, na Assembleia Internacional da O. N. U., que tantas vezes havia hostilizado a posição do nosso País.

Aquele coro que outrora se unia para apostrofar a nossa condição opressora de país colonial, erguiu-se agora em uníssono aplauso. Não só logo de entrada quando o Presidente Português se dirigia á Tribuna para falar, mas de modo inequívoco após ter sido proferida a última palavra do seu importante e significativo discurso, pleno de esperança, de paz e solidariedade humana, que tocou em cheio e em profundidade a sensibilidade da selecta assistência, de alto nível internacional, representante das 138 nações membros da O. N. U. Estava ali reunida para ouvir o Mais Alto Dignatário da Nação Portuguesa, ansiosa por conhecer, através da sua palavra avalizada, qual a atitude de um País focado em todo o Mundo, desde o 25 de Abril, pela corajosa política que iniciou e desenvolve.

A grandeza da nossa missão no Mundo como nação civilizadora e humanitária, que havia sido interrompida, acidentalmente, contra os «ventos da história», foi trazida á superfície pela palavra simples, generosa e incisiva, do nosso Presidente da República, tocando a corda sensível da solidariedade humana que sempre foi apañada da gente portuguesa.

Afirmou com autoridade: «Não sou optimista ao atribuir ao Povo Português um saldo histórico fecundamente positivo: Contribuímos decisivamente para o conceito planetário que o Homem de hoje tem de si próprio; Estivemos com os pioneiros bons em cuja legislação a abolição da escravatura foi

mais uma conquista da ciência jurídica. Demonstramos que a pobreza de recursos não impede o fenómeno fecundo duma vivência interracial que torna os povos mais irmãos e mais unidos; no grande espaço de expressão portuguesa, 130 milhões de pessoas respondem por esta afirmação. Somos um povo europeu em cuja paisagem e arte se amalgamam influências de todos os continentes e em cujo sangue há marcas genéticas dos clãs europeus, das tribus do nor-

A construção do Palácio da Justiça

Foi tornada publica, esta semana, a notícia de que ia ser adjudicada a obra de construção do Palácio da Justiça, orçada em 17.000 contos.

Queiram embora encobrir a verdade total sobre este caso, o certo é que estamos perante um melhoramento que agrada totalmente a alguns (poucos), é aceite com reboço por alguns mais e desagrada á maioria.

Porquê?

No que refere aos povos de Feira Nova e Amares, que compõem a Vila, o Palácio agrada, sem entusiasmo, a duas espécies de pessoas: os que, sendo de Amares, entendem que ele ficando no Bário, é um mal menor, pois não vai mesmo para a Feira Nova, e os desta parte nova da Vila que entendem que ele ali situado a meio desloca as repartições da parte antiga da Vila, com o inerente abaixamento sócio-económico da já depauperada Amares, trazendo, consequentemente, a sua anulação e o prodomínio ainda mais acentuado e total da nova Vila, que no aspecto económico e populacional tem a vantagem de 1 para 5.

Todavia a construção como vai fazer-se desagrada a um

«Continua na 2.ª página»

te ao sul da África, da Ásia e das Américas».

O Sr. Presidente falou com toda a sinceridade. De coração nas mãos pôs a política portuguesa com transbordante clareza: «Estamos perfeitamente determinados a salvaguardar a pureza dos princípios e objectivos revolucionários: Devolver ao Povo Português a dignidade perdida, implantando condições de vida mais justas com instituições democráticas pluralistas legitimadas na vontade do povo livremente expressa. Iniciar o processo irreversível e definitivo de descolonização dos territórios sob a administração portuguesa. Não mais admitiremos trocar a liberdade de consciência colectiva por sonhos grandiosos de imperialismo estéril.

Mais concretamente ainda, abordou a descolonização em curso: «No processo de descolonização manter-nos-mos fieis aos princípios do Direito Internacional da autodeterminação e independência; na aplicação concreta dos princípios, teremos a flexibilidade de espírito su-

«Continua na 4.ª página»

5.ª COLUNA

Diz Costa Pereira na sua excelente «Boa Tarde», semanalmente inserida no «Jornal de Notícias», vespertino de sábado:

«E o homem «saneado» afastou-se. De consciência tranquila, sem dúvida. Desgostoso, certamente. Mas de nenhum modo revoltado nem rancoroso. Isso estaria em contradição com quem sabe e sente que a verdadeira democracia é a que se faz e não a que se grita...»

Tal conceito vem adaptar-se formal e pefeitamente ao caso de Amares, sobretudo no concernente á última gerência da Câmara Municipal, trazendo ao concelho uma data de melhoramentos que até nem foram gritados, mas

Continua na 2.ª página

Futebol

Campeonato da II Divisão Regional de Braga

Desportivo de Joane, 1 F. C. Amares, 0

Iniciou-se no passado domingo o campeonato da 2.a divisão da A F de Braga prova a que o nosso clube concorre uma vez mais.

Por troca com o nosso adversário o jogo que deveria realizar-se em Amares foi disputado em Joane. Sabíamos de antemão tratar-se de um jogo difícil dado que iríamos defrontar um adversário com aspirações e ainda por cima no seu ambiente. Essas dificuldades foram em parte confirmadas mas a verdade é que a nossa equipa esteve à altura do antagonista e só saiu derrotada porque a sorte não esteve pelo seu lado e ainda porque viu validar um golo que fora precedido de falta nítida sobre o nosso guarda-redes.

Sinceramente ficamos satisfeitos com a actuação da nossa equipa que actuando de inficío com cautelas defensivas como aliás lhe competia, pois jogava fora, acabou por discutir o jogo palmo a palmo e só não marcou porque o juiz por indicação do seu auxiliar assinalara um hipotético fora de jogo a Zé João anulando um golo de bandeira. O árbitro que no conjunto não esteve muito mal, cometeu 3 erros imperdoáveis e que acabaram por contribuir para a nossa derrota.

Perder por um golo no campo de um adversário com aspirações não deslustra e muito especialmente porque essa derrota se ficou a dever à actuação do árbitro do encontro.

Pelo que nos foi dado verificar estamos convencidos que temos equipa para fazer figura e quando mais rodados os nossos rapazes ainda irão dar que falar.

A nossa equipa apresentou em Joane a seguinte constituição:

Nuno, Veloso (Darque) Ernesto, Gonçalves e Domingos; Guilherme, Magalhães e Berto; Zé, Zé João e Lemos (Rodrigues)

Campanha de auxílio para o alargamento do campo e actividade do clube

Depois dos nomes que demos à publicidade no número anterior, damos hoje mais o de alguns amigos do concelho e do seu despóto

Transporte	8 050\$
António Costa	1 250\$
Dr. Paulo Macedo	1 000\$
Paulo Macedo	1 000\$
Eduardo C. Fernandes (5 dól.)	125\$
Alfredo de Sousa	100\$
Tomé Macedo	100\$
José Ferreira	100\$
Carlos Rebelo	20\$
Anónimo	50\$
Domingos Ferreira Dias	20\$
João Fernandes Alves	100\$
José Pereira da Silva	100\$
António Macedo	100\$
Carlos Faustino	100\$
Agostinho Rodrigues	100\$
A transportar	12 315\$

O F. C. Amares conta consigo

Auxilie o F. C. A.

nas obras que estão a ser feitas no Campo Luiz Calheiros

Abreu

Poupança de energia eléctrica

Vai ser lançada em Portugal uma campanha de poupança de energia eléctrica, «no sentido de ajustamento dos consumos às necessidades efectivas, nas melhores condições de rendimento energético» — segundo anuncia a Secretaria de Estado da Indústria e Energia, a qual, a propósito, recorda:

«As conhecidas carências de fuel-óleo e carvão que afectam importantes zonas do mundo, incluindo a Europa, determinaram espectaculares subidas dos preços dos combustíveis, com impacto fortemente desfavorável nas balanças de pagamentos da generalidade dos países importadores. Daqui resultou um movimento de consciencialização de muitos países no sentido de se poupar, ao máximo, a energia. O nosso país não poderia deixar de se integrar nessa orientação generalizada, característica de uma época nova a que todos terão de se adaptar.»

No âmbito da referida campanha, aquela Secretaria de Estado, vai recomendar a todas as câmaras municipais que restrinjam ao mínimo as habituais iluminações festivas do período do Natal e do Fim-do-Ano.

Edward Kennedy: «Para Portugal o amanhã é agora»

«Compreendemos acima de tudo o desafio que os portugueses enfrentam agora para a construção de uma nova democracia em Portugal. Há duzentos anos que cada geração americana tem de aprender de novo as lições da democracia e como preservar uma sociedade livre; cada geração tem de conseguir as suas próprias garantias de uma Imprensa livre, de um Governo livre e do direito de votar; nada disto pode alguma vez ser tomado como certo; cada uma destas coisas tem de ser aprendida continuamente, à medida que a nossa nação se modifica e cresce.»

Esta foi uma das afirmações feitas pelo senador Edward Kenney, na reunião realizada ontem de manhã na embaixada norte-americana em Lisboa e na qual sublinhou que «para Portugal o amanhã é agora.»

Kennedy exprimiu ainda o seu desejo de que Portugal siga manter «o lugar a que tem direito entre as nações livres e independentes», que «rejeite os extremismos, quer da direita quer de esquerda», e que as eleições do próximo ano «sejam uma expressão justa e completa da vontade do povo português».

Edward Kennedy destacou, também, o papel da Imprensa e das escolas, principalmente das Universidades, na

vida de uma nação livre; referiu-se elogiosamente à acção que Portugal está a levar a cabo no que respeita a a descolonização e prometeu que os interesses e as necessidades da nação portuguesa «serão tidos em conta pelos Estados Unidos», acentuando a necessidade de «renovar e fortalecer os laços de amizade entre os dois países».

Com a reunião na embaixada do seu país, aquele senador democrata pelo Estado do Massachusetts terminou uma visita de vinte e quatro horas à capital portuguesa, feita a convite do ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Mário Soares, e que lhe permitiu avistar-se não só com o Presidente da República, general Costa Gomes, como também com vários membros do Governo Provisório e diversas outras entidades representativas da actualidade política e económica de Portugal.

Villaverde Cabral: «A ANI será uma agência ao serviço da democracia»

«Estamos numa fase transitória para a formação de uma agência de carácter mais amplo, mais agressivo e mais actuante» — declara, em entrevista concedida ao «Diário de Lisboa», que a publicou no sua edição de há dias, o jornalista Alberto Villaverde Cabral, novo director da Agência ANI.

«Uma agência deste género tem por obrigação desfazer os equívocos que há no estrangeiro e apresentar aí uma imagem correcta do Portugal de hoje» — acrescenta Villaverde-Cabral acentuando:

«A ANI será, forçosamente, uma agência ao serviço da Democracia. Para isso contribuirá, em Portugal, para o processo de democratização e no estrangeiro, para que a imagem desse mesmo processo seja dada com a fidelidade que certos meios reaccionários procuram contrariar.»

E a terminar, afirma: «Vamos começar a trabalhar já. Sabemos qual a importância da ANI neste momento. Por isso a nossa actuação tem que ser rápida. E vai sê-lo.»

VILA VERDE

Conheço o concelho como as palmas da minha mão. A vila, bem alinhada e rica em adornos comerciais, converte-se, ao domingo, em poleiro doméstico de aves alimentadas pela natureza, de portas fechadas pelos homens, chefes de família muitos que não vêem o que falta na sua terra para se passar as horas de lazer, cultivando o espírito e fugindo aos gorgos doentios de alguns cansados por falta de estímulo.

Vila Verde que tudo tem para as chagas do corpo e da alma, só lhe falta um cinema preventivo de doenças infecciosas com contágios que atingem a honra e dignidade de um povo que precisa de saber viver para não se subverter Amares, que tem a Feira Nova como volume de preconceitos, sofre da mesma crise de iniciativas e contempla também os figurinos e os vários modelos que Deus mandou para a rua fazer reclame das costureiras.

5.ª COLUNA

modestamente executados e, portanto, verdadeiramente sentidos pelo seu povo. E se o que aconteceu após o 25 de Abril, obliterando os edis amareenses do seu município foi sequência normal da democratização do País, não deixou de ser algo de anacrónico entre os vários melhoramentos que se fizeram em 4 anos e os dizasseis anteriores de marasmo inconcebível.

Note o Leitor que nenhum laço existe entre este seu criado e o último elenco municipal de Amares, que nem conheço. Por isto, mais direito tenho a procurar julgar os actos dos homens que o constituíam. E se todos eles, evidentemente, pertenciam ao partido único que regia a instituição totalitária portuguesa e tal partido foi extinto, por nefasta falta de democracia, não impede que alguns dos seus partidários sejam recuperáveis na actual conjectura.

Sobre a recuperação de elementos — alguns preciosos — do antigo regime, o nosso Primeiro-Ministro falou, exactamente da Varanda do Município do Porto, quando visitou a cidade, num dos seus brilhantes improvisos, habitualmente simples de espontaneidade.

Ora, o sinónimo perfeito e literal de «recuperar» é «reaver o que se perdeu» e não há dúvida ter perdido Amares um grupo de edis, a que chamou fascista, mas demonstrou, por sua actuação administrativa e seu trabalho ingente pelo concelho, ter feito democracia sem a ter gritado!

Não é verdade, Leitor?

EME ABRIL

N. A. — Na última «5.ª Coluna» lê-se no 2.º parágrafo da 4.ª página:

... índios do Canadá, anti-quíssima. Não! É anti-quíssima.

TRIBUNA LIVRE

A Redacção deste «Semanário» pede a todos os ilustres colaboradores o favor de enviarem as suas notícias e artigos até à quarta-feira.

A Redacção

PELO CONCELHO

De Carrazedo

Escreve: — *Elisio Gonçalves*

Tribuna Livre

O fundador da Tribuna Livre nunca a abandonou nem lhe faltou com a assistência «maternal» que os pais devotam aos filhos queridos que se podem revelar protectores presentes e futuros de uma sociedade fugitiva das suas obrigações sociais.

A Tribuna Livre precisa de uma assistência permanente que arranque dos espíritos embrionários as qualidades que todos podem ter quando, verdadeiramente, respeitam a «retiqueta» nacional com o nome de Portugal. Acima de tudo está a honra da Pátria em que nascemos e essa honra depende da qualidade dos homens que a formam, pela sua educação e cultura e teremos um permanente respeito dos povos que se civilisaram colocando-nos numa posição de mendigos, bem conhecida e sentida quando pomos os pés fora da porta Luzitana.

A Tribuna Livre já cá estava quando chegou o 25 de Abril com as portas abertas aos homens de todos os gostos políticos. Nunca regeitou a colaboração de quem escrevia e trabalhava para o bem da nação. Poucos artistas apareceram para a construção da obra da Salvação Nacional que agora, mais de nunca, precisa de auxílio que liberte o povo da asfixia em que vivia. Os Amarenses responsáveis, apelados pela Tribuna, não devem ser vítimas da sua indolência nem apresentar queixas dos seus próprios abortos.

PALÁCIO DA JUSTIÇA

Custa 15.000 contos o novo Tribunal que vai ser construído no lugar dos Guiames. Faz parte do plano de urbanização dessa zona e é o primeiro sinal da realização dessa grandiosa obra de melhoramento da sede do concelho.

Algumas Repartições Públicas serão anexadas ao corpo esbelto do fóro judicial para saírem do acanhamento e desconforto em que se mantém. O projecto já não é novo e a sua execução era esperada com ansiedade pelos Amarenses ciosos dos seus direitos de autonomia ameaçada por ambições que provocaram naturais irritações que fizeram pasmar

amizadas e tolher o progresso que agora começa na gerência da comissão administrativa há pouco empossada pronta a continuar a servir a missão nobre do progresso e a servir democraticamente o interesse geral das populações ainda com carências de primordial importância para a sua fixação.

Dormirão o Sono dos Justos aqueles que concorrerem para obras de progresso e pacificação.

S. Martinho e S. to André Em Carrazedo e Rendufe

As grandes festas religiosas que se realizaram nas Igrejas destas duas freguesias, em homenagem aos seus oragos, mostram a necessidade da existência da Igreja, como governo, imutável de doutrinas infalíveis para os males que só afligem quem os desconhece ou nelas não acredita, a sociedade esforça-se para se aperfeiçoar, os políticos buscam doutrinas que resolvam os problemas sociais e a Igreja, impávida e serena, igual em si e boa para todos, continua á espera que os «metereologistas» não apontem qualquer temperatura elevada que nos queime na «caldeira das quiméricas ilusões».

UM SÉCULO DEPOIS...

Dá abertura de uma estrada que desse acesso a uma ponte que ligasse Navarra-Braga — ao concelho de Amares — continua o barco, e o barqueiro a dar despejo ao trefego que em dias do mercado da Feira Nova, é intenso, sendo no inverno quase impraticável. Quando é que Navarra terá uma pasadeira?

Aniversário

No próximo dia 12, passa mais uma primavera natalícia da sra. D. Deolinda Vieira Andrade, esposa querida do sr. Eduardo da Costa Fernandes, nosso antigo camarada gráfico, actualmente emigrados no Canadá.

Enviamos à aniversariante, bem como a seu dedicado esposo, as maiores felicitações, e que tudo lhes corra consoante os seus desejos são os nossos votos.

Aniversários

Fazem anos:

No próximo dia 10 passa mais um aniversário natalício o menino Henrique Manuel Soares da Silva, filho do nosso assinante sr. João Batista da Silva e de D. Olímpia Celeste Soares da Silva, residentes em Lisboa.

No dia 11 a sr. D. Maria Angelina Azevedo Dias.

Neste dia festeja também o seu aniversário natalício o nosso jovem colega de trabalho sr. Porfírio Augusto da Cunha Antunes, actualmente a cumprir serviço militar no corpo de Fuzileiros Navais em Lisboa, a quem enviamos cordiais saudações.

No dia 12 o sr. António da Costa Abreu Dias, funcionário superior da C. P. E. no Porto e nosso dedicado assinante e conterrâneo.

No dia 13 o sr. António Bento Dias, a menina Maria Ester Machado e Dorinda da Silva Martins.

Tribuna Livre deseja a todos os aniversariantes que passem um dia muito feliz.

Águas e Saneamento

Um dos maiores escândalos para quem conhece a Avenida Afonso Manuel de Caldelas, e a falta de águas e saneamento nessa zona, pelo menos. Não é por falta de reclamações dos hoteléiros que se vêem com dificuldades para despejo das fossas exalando um cheiro nauseabundo e perigoso para a saúde Pública.

Aqui deixamos mais um pedido a quem de direito.

Do correspondente

DE LAGO

MERCEARIA PIRES

FAZ 25 ANOS!

No passado dia 4 de Dezembro o snr. José António Pires, para comemorar as bodas de prata do seu estabelecimento comercial, ofereceu a algumas dezenas de seus clientes um «copo de água».

No final abriu uma garrafa de vindo do Porto, já também com os 25 anos da abertura da mercearia, e reservada propositadamente para esse ocasião.

A Tribuna é do Concelho

Assine-a e Divulgue-a

A construção do palácio da justiça

Continuação da 1.ª página

numero maior de passos da «grande» Vila. De Amares, aqueles que entendem que o mal vai em tirar-se a Justiça, de onde está, pois é o declínio dos seus interesses. De Feira Nova, os que entendem que situações intermédias nada valem, mórmente neste caso em que não vislumbram união urbanística possível.

O resto do concelho, a sua esmagadora maioria olha com apreensão esta construção, de dezassete milhões de escudos, quando o concelho tem falta de escolas, de caminhos, de electricidade, etc, etc, enquanto numerosas famílias vivem em autênticas cortes.

Em nome dos descontentes têm aparecido dísticos nas paredes e no chão e panfletos a pedir que a obra se não faça. É o clima actual.

Uma comissão dirigiu-se à Câmara e às autoridades superiores a propôr o acabamento de um grande imóvel que albergaria todas as repartições municipais e judiciais mediante o gasto de 3.000 contos. Aceitava todas as condições que lhe fôsem impostas quanto a estruturas e valorização. Este projecto-proposta foi posto de parte na semana finda.

O Palácio é obra da anterior Câmara que apadrinhou a sua localização e encontrou na direcção do Grémio a correspondência necessária. Tudo o mais que se queira dizer é pura mistificação. Ela entendeu que essa quantia enorme para o meio só viria para esse efeito e dessa forma se eliminaría a pressão e desacordo que existem, pois quer queiram quer não, este é o remédio salutar, embora caro.

Gastar 17 milhões de escudos num prédio quando falta tudo ao povo, parece um pouco mau, mas o mal maior é estarmos privados de progredir na construção urbana por se continuar a viver agarrado às leis do antigo regime. Afinal essas leis e o espírito anterior ao 25 de Abril vivem intensamente no nosso concelho, até que o povo faça o que fez o povo do Porto frente à sua Câmara.

É ou não verdade que passou o tempo de dizer que não a tudo, de argumentar com leis caducas, etc.?

Cinema

Hoje, nos Bombeiros, pode ver

«Os 10 Gladiadores»

Os «democratas» de Amares

em aliança com o M. R. P. P. de Braga

Pois é. Quando não ha princípios, quando não ha outro horizonte que não seja o da libertinagem, tudo é possível.

Assim aconteceu sábado, nesta Vila. O Partido do Centro Democrático Social-C. D. S.- organizou uma sessão. Elementos locais, com responsabilidade nos actuais quadros políticos, contactaram os elementos do M. R. P. P. que dois dias depois tinham assaltado e danificado as instalações distritais do mesmo Partido, em Braga.

Carros à ordem, despezinhas pagas, pastas com instrumentos contundentes, um sigilo completo e à hora da sessão lá entram os M. R. P. P. e os seus acólitos de cá.

Tentaram perturbar, desfeitar, criarem arrouça mas como a gente destes lados, por mais pacata, também sabe reagir, eles foram calando, silenciando e depois retiraram já com alguns empurrões e pontapés de mistura. E retiraram com rapidez pois a coisa estava a engrossar e tomava aspectos de vir a servir de exemplo.

Acharão bem, as autoridades distritais em implantar aqui este clima? Já se sabia que certos elementos só poderiam conduzir a isto! Não estarão a preparar mais desgraças para o Concelho?

Como sintomas do bandalismo de tudo isto contaremos um hipisódio ligado a este caso. É o facto do principal M. R. P. P. ser um moço de uma família distinta que devido a seus actos teve de abandonar o lar paterno e se justificou perante os colegas: «meu pai é fascista, não posso viver com um fascista».

E nós, senhores responsáveis, que havemos de pensar de uma comissão de recenseamento que faz isto.

Condições de Assinatura

Estrangeiro	
Aviã — ano	250\$00
Semestre	180\$00
Continente	
Ano	100\$00

Missão histórica

ficiente para salvaguardar os interesses dos povos a descolonizar; seremos dinâmicos quanto o exigir a impaciência de quem toma uma tarefa com muitos anos de atraso e tão pacientes quanto indispensável á felicidade dos povos que sofreram na carne as consequências da anterior situação política portuguesa. Sabemos evitar figurinos estereotipados e procurar para cada território a solução mais adequada á garantia da gênese feliz de uma nova pátria».

Foi electrizando a Assembleia, ajoujada de ouvintes, que atentamente o escutavam como Chefe da Nação Portuguesa velha de oito séculos mas rejuvenescida pelas estruturas democráticas que a estão a reconduzir ao papel humanitário que lhe vem desde a origem. E continuou: «No seu instinto de intercontinental humanismo o Povo Português considera-se irmão de todos os povos oprimidos e declara a disposição de contribuir para todas as iniciativas que visem debelar a fome no Mundo, melhor distribuir as riquezas e salvaguardar os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem».

Quase ao terminar, o Senhor Presidente da República toca; bem de perto, a sensibilidade dos chamados povos de «Terceiro Mundo»: «Quantas canseiras e esforços desta Organização têm sido estéreis quando os orgulhos egoístas calaram a voz da Justiça e da Razão. Mas em larga contrapartida quantos fracos sentiram apoio, quantos oprimidos foram libertados, quantos pobres foram amparados, quantos exaltados sentiram o redículo das suas posições apaixonadas. O 29.º aniversário abre novo capítulo de uma Organização que seguramente consolida a mais transcendente instituição que o espírito humano soube criar. A todos os que directa ou indirectamente contribuíram para a gênese e funcionamento da O. N. U. a nossa gratidão por nos haverem oferecido mais um Dia Maior da Humanidade.»

A Assembleia Geral da O. N. U. reuniu-se, exclusivamente, para ouvir a palavra do Senhor Presidente da República Portuguesa, cheia de interesse. Já no banquete oferecido em sua honra pelo Secretário Geral Kurt Waldheim, no dia da chegada a Nova Iorque, à troca de brindes salientou-se esse interesse na afabilidade e justiça das palavras proferidas. Todos os comentadores referem o clima de simpatia pelo Portugal renovado que, de vitória em vitória vai conseguindo um completo desgelo diplomático com abertura a todo o Mundo.

A voz de Portugal, retemperada no caminho da democracia pluralista em processo de consolidação, foi escutada com respeito e admiração, nunca excedidos nas Assembleias da O. N. U.

Nota importante é a adopção do idioma português língua de trabalho da O.N.U., sugestão que se havia posto poucos dias antes, durante a visita a Lisboa do Director dos Serviços de Informação das Nações Unidas, que declarou pretender editar publicações em português. Mais um motivo de grande prestígio para Portugal.

Antes de se dirigir á Assembleia geral, o Senhor Presidente Costa Gomes ofereceu uma tapeçaria á Galeria da Organização, que ali ficou exposta entre as obras de arte oferecidas por outros países.

Toda uma série de promotores se poderiam registar á volta desta histórica visita á O. N. U., que representa mais um marco importante a assinalar na vida da Segunda República Portuguesa, que vai criando foros de responsabilidade e assentado prestígio. Para nós, portugueses, já não há cortinas de ferro nem de bambu que resistam ao ímpeto da nossa força política em todo o Mundo. E neste acto histórico, como pudemos ver pela imagem e som da T. V., observamos toda uma Assembleia Internacional, de pé, que prestou homenagem espontânea e sincera, brilhante e calorosa, á Nação Portuguesa, na figura veneranda do seu Presidente da República. Por mais esta missão histórica, o povo português lhe ficará muito grato.

Casa de Espectáculos

Parece que agora a coisa sempre vai.

Reunidos vários interessados neste empreendimento deram-se, finalmente, os primeiros passos para a concretização de uma velha aspiração da terra que, infelizmente, nunca passou de projecto.

Tomaram-se várias deliberações e democraticamente por eleição ficou constituída uma comissão para tratar imediatamente do projecto da casa.

Assentou-se ainda que será escriturada uma sociedade anónima e o custo da obra será custeado por acções que poderão ser adquiridas por quem desejar.

Pelas caras que vimos na reunião, temos a certeza de que desta vez é mesmo uma realidade.

Temos esperança de em 1975 assistir a espectáculos num moderno imóvel, contando com todas as comodidades.

Vacine o seu filho

Proteja a sua saúde

Relações luso-norte-americanas: Auxílio financeiro e cooperação no campo da saúde

«Depende das prioridades que Portugal indicar o auxílio económico a prestar-lhe pelos Estados Unidos» — declarou ao matutino lisboeta «Diário de Notícias» Alan Lukens, director do Departamento de Assuntos Ibéricos da Secretaria de Estado norte-americana, que chefiava uma pequena delegação de economistas, a qual veio a Lisboa encontrar-se com várias entidades oficiais e membros do Governo, para recolher informação sobre a situação actual e os sectores em que Portugal gostaria de receber auxílio.

«Os possíveis empréstimos que o Banco Mundial possa vir a conceder a Portugal nada têm que ver com esta missão, assim como não há qualquer relação com as compensações que o meu Governo possa estudar no que respeita á base das Lajes, nem com qualquer projecto de auxílio, já referido na Imprensa, da Aliança Atlântica» — esclareceu Alan Lukens.

Entretanto, o secretário de Estado português da Saúde, dr. Cruz Oliveira, recebeu há dias os enviados norte-americanos que se deslocaram a Lisboa para se concretizarem as bases em que virá a assentar a futura cooperação entre Portugal e os EUA, no sector da saúde.

Foram focados vários dos problemas que no momento se põem com mais urgência no domínio da saúde em Portugal, tendo resultado do encontro o estabelecimento das directrizes para uma cooperação a empreender.

Descolonização

Para Portugal não poder reservar direitos adquiridos em Africa que administrou perto de 500 anos, não devia, com a descolonização, conveniente ou imposta, deixar vestígios da sua presença. Mas lá vai ficar tudo inclusive os ossos de tanto homem que nunca pensou nem sonhou que um dia a sua família e nossa também dissesse que estava farta de imposições, de tutelos e de escravaturas, vão chegando famílias de Angola escurraçadas e desprovidas de recursos dos bens que honradamente lhes pertenciam, fruto da sua economia e do seu trabalho. Com o seu sacrificio deram a Luanda uma cidade e a Angola categoria que chegava para merecerem respeito, amor e carimho de todas as nações despeitadas que viam Portugal como etiqueta de um «produto» social incapaz de ser usado em relações fraternas e comerciais. Em obediência a esses preceitos não há que estranhar que a solução do problema colonial vai ficando resolvido debaixo de reservas porque, só depois da entrega total, saberemos o bem que fizemos ou o mal que praticamos confiados na honra e dignidade dos povos libertados de uma raça de missionários que lhes deu, quando pediram, a liberdade desejada, de escolher a melhor forma de serem felizes já que da casa paterna só alegaram

ELEIÇÕES ANTES DE 31 DE MARÇO

O dia 31 de Março de 1975 é confirmado como a data limite para a realização das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte — salienta a Imprensa Lisboaeta, citando o texto da primeira parte da Lei Eleitoral, enviada para publicação do «Diário do Governo».

O texto definitivo da lei determina igualmente o direito de voto aos 18 anos e o voto dos analfabetos com mais de 21 anos.

A lei determina, ainda, que podem ser eleitos para a Assembleia todos os cidadãos eleitores maiores de 21 anos (os funcionários civis do Estado ou de outros organismos públicos não precisam de autorização), desde que tenham cidadania portuguesa há pelo menos 15 anos, saibam ler e escrever português e residam no território eleitoral português, ou ultramarino sob administração portuguesa, há, pelo menos, seis meses.

Os militares no activo e os magistrados judiciais não podem candidatar-se a deputados.

queixas de exploração e escravatura das quais nunca se libertam porque não se ter um governo que terá de abdicar dos seus desejos para obedecer ás conveniências dos povos de que se não-de servir para os colocar no ponto aonde desejam ficar. Temos o exemplo do ex-Congo Belga que abriu o caminho da descolonização Africana e que não pode deixar de ser solicitada nos momentos de energética e temos nós Portugueses o o exemplo do Brasil que glorifica Portugal nas horas difíceis como preito de gratidão por tudo quanto recebeu para ser hoje um país assombrosas perspectivas e ouvido com respeito quando se embaralham as cartas do jogo político Internacional. Creio que da mixórdia social de Angola e Moçambique alguém surja a proclamar os direitos que assistem a quem deu corpo e alma a tantos territórios abandonados e agora impugnados pelos seus valores reais, explorados e descobertos pelo sério descobridor e missionário.

A Imprensa Regional mal julgada e mal paga

ou cinco indivíduos com responsabilidades políticas vão a Braga buscar um grupo de desordeiros e conduzem-no a uma sala para o desacato. Vejam como homens bons, chefes exemplares, semeados de brancas nos cabelos, têm de se impôr pela violência. É assim que implanamos a democracia! É, proclamando que uma Comissão foi eleita, quando, em verdade, não foi votada e não o seria? É, evitando actos eleitorais legais, para encobrir situações de comprometidos do antigo regime, de desonestos?

Pois, sr. Director Geral e sr. Cónego. A imprensa regional é pela democracia autêntica, verdadeira. É essa que ela defende. O que ela denuncia são os abusos, os oportunistas, as injustiças.

Silvério José Gonçalves

Na próxima terça-feira, dia 10, a casa do nosso assinante sr. Silvério José Gonçalves, do lugar da Cal, da freguesia de Caires, está em festa para comemorar o seu aniversário.

Homem sério, devotado ao trabalho e á família que adora, nós enviamos ao aniversariante cordiais felicitações, com preces ao Criador de que, por muitos e felizes anos, ele festeje esta data junto de seus entes queridos. Parabéns.